



## **RESOLUÇÃO CONSEMA Nº 226, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2023**

Define critérios para o licenciamento ambiental e monitoramento das atividades relativas à piscicultura.

**O PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE DE SANTA CATARINA (CONSEMA)**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 14.675, de 13 de abril de 2009 e pelo inciso VI do art. 9º, do Anexo Único, do Decreto nº 2.143, de 11 de abril de 2014;

Considerando que o CONSEMA tem por finalidade orientar as diretrizes da Política Estadual do Meio Ambiente, competindo-lhe estabelecer critérios e padrões relativos ao controle e à manutenção da qualidade do meio ambiente e aprovar e expedir resoluções regulamentadoras e moções, observadas as limitações constitucionais e legal, consoante art. 12, incisos II e VII, da Lei nº 14.675/09;

Considerando a Lei nº 15.736, de 11 de Janeiro de 2012 alterada pela Lei nº 17.622, de 17 de dezembro de 2018 (Lei da Piscicultura), possibilitou o licenciamento e a regularização dos empreendimentos instalados em áreas de Áreas de Preservação Permanente (APP);

Considerando a necessidade de buscar soluções técnicas para a regularização ambiental dos empreendimentos de piscicultura instalados anteriormente à publicação da Lei nº 17.622, de 17 de dezembro de 2018; e,

Considerando os autos do processo SGP-e nº SEMAE 1427/2023,

### **RESOLVE:**

**Art. 1º** Definir critérios para a regularização ambiental dos empreendimentos de piscicultura instalados anteriormente à Lei nº 17.622, de dezembro de 2018.

**Art. 2º** Para efeito desta Resolução serão adotadas as definições constantes na Lei nº 15.736, de 11 de Janeiro de 2012, alterada pela 17.622, de 17 de dezembro de 2018.

**Art. 3º** Para regularização de licenciamento de empreendimentos já instalados, o interessado deverá apresentar a documentação, conforme instrução normativa do órgão ambiental competente, para a emissão da respectiva licença ambiental.

Parágrafo único: O órgão ambiental licenciador, no âmbito estadual ou municipal, poderá estabelecer termo de cooperação ou de ajustamento de conduta com os piscicultores ou entidades representantes dos piscicultores, estabelecendo o prazo para a regularização dos empreendimentos implantados antes da Lei nº 17.622, de 17 de dezembro de 2018.

**Art. 4º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

Florianópolis, 10 de novembro de 2023.

**RICARDO ZANATTA GUIDI**  
**PRESIDENTE DO CONSEMA**

Este texto não substitui o publicado no DOE 22157 de 05.12.2023.